

A Revolução dos Cravos e as práticas democráticas. A revolução portuguesa de 1974-1975 não terá sido apenas o início da democracia moderna no país, mas também um laboratório de experiências em que se ensaiaram diversos futuros e modos de ser democráticos. Este artigo propõe refocalizar o período revolucionário como um momento em que o futuro era indeterminado e em que, para além das elites, uma grande parte da população se envolveu nesse processo de experimentação. Defende também que a tarefa da historiografia é encontrar ferramentas – como a etnografia histórica – para ir ao encontro dessas múltiplas vivências e visões e, ao fazê-lo, contribuir para uma reflexão sobre a democracia no presente e no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: 25 de Abril; Revolução; historiografia; democracia.

The Carnation Revolution and democratic practices. The Portuguese Revolution of 1974-1975 was not solely the beginning of its modern democracy, but also a laboratory where different futures and democratic models were essayed. This article argues for a refocusing of the revolutionary period as a moment when the future was undetermined and, beyond the elites, a large part of the population was engaged in this process of experimentation. It suggests historical ethnography is an important tool to meet this challenge and uncover those varied experiences and visions, contributing to a reflection about democracy in the present and in the future.

KEYWORDS: 25th of April; Revolution; historiography; democracy.

A Revolução dos Cravos e as práticas democráticas

As comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em 2024 ocorreram num dos contextos mais incertos da democracia portuguesa. Os resultados das eleições de março de 2024 e de maio de 2025 confirmaram a implantação da direita radical no campo político e vieram complicar narrativas de uma constante evolução democrática.¹ Na sequência da primeira dessas eleições, no outono de 2024, assistiu-se à tentativa dos partidos de direita para elevarem o 25 de Novembro, a data que sinaliza o fim do período revolucionário, ao mesmo patamar simbólico que as celebrações do 25 de Abril. Esta tentativa foi um dos passos mais recentes rumo a um processo de polarização do significado de todo o período de 1974-1975, cada vez mais representado em apenas duas narrativas: fim da ditadura ou derrota do “comunismo” (Loff, 2015).²

Na verdade, a memória sobre o período da Revolução de Abril de 1974 (a que, doravante, me referirei apenas como Revolução) foi sempre mais consensual à superfície do que em substância. A ênfase e o significado atribuídos ao 25 de Abril por vários quadrantes políticos foi sempre polissémico e maleável, consoante as circunstâncias e necessidades (Costa Lobo, Costa Pinto e Magalhães, 2016, p. 177). Os “três Dês” do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) de 1974 – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver –, que servem de mote a este número da *Análise Social*, são um bom ponto de partida para pensar a memória e as prioridades do debate político que decorreu desde a Revolução. Sem surpresa para um país pobre, o tema do “desenvolvimento”

1 Tendo já aparecido em cena com a eleição de 12 deputados parlamentares nas eleições de 2022, o partido de direita radical Chega aumentou a sua representação para 50 deputados em 2024 e tornou-se no segundo maior partido no parlamento após as eleições de 2025, contando com 60 deputados.

2 Este texto é uma versão adaptada da comunicação realizada em ocasião da conferência Os “três Dês” de Abril e o futuro das ciências sociais, no ICS-ULisboa a 17 de junho de 2024. Agradeço aos organizadores, Annarita Gori e Ricardo Roque, pela oportunidade e por todos os seus comentários.

tem sido aquele que mais tinta tem feito correr, e em torno do qual se digladiaram as várias forças políticas nas últimas cinco décadas. Porém, a partir do momento em que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, a quase totalidade desse debate tem estado enquadrado nos modos de pensamento da economia política dominante – nomeadamente, o “neoliberalismo” ou, mais acertadamente, o compromisso entre o liberalismo e a economia mista herdada do pós-guerra. Não só em Portugal, mas no resto da Europa, foram esquecidas as alternativas que se debateram nesse momento, marcado pela grande crise económica de meados da década de 1970. A vaga de privatizações e o avanço das lógicas de mercado na década de 1980 não eram a única opção possível e contrária a uma gestão totalmente estatizada, baseada no modelo soviético. A procura, em Portugal, de uma via própria está relacionada com propostas e discussões que, embora derrotadas, fazem parte de uma genealogia de ideias e modelos que estão novamente a ser redescobertos (Andry, 2022; Therborn et al., 2011; Seefried, 2015). A descolonização, por sua vez, foi varrida para debaixo do tapete assim que foram assinados, em 1975, os Acordos de Alvor, que confirmaram a independência dos territórios africanos. Nesse contexto, o corte de Portugal com esses territórios foi quase total: ao mesmo tempo que o país acolhia um número impressionante de retornados que, melhor ou pior, foram integrados na sociedade portuguesa, o Decreto-Lei 308-A/75, de 24 de junho de 1975, reviu os critérios de nacionalidade e cortou implacavelmente com África. Requerendo o nascimento em Portugal continental, um laço de sangue até à terceira geração, ou casamento com alguém nessas condições, a lei implicitamente racializava a cidadania portuguesa, criando inúmeros obstáculos àqueles de origem africana que mantinham laços com Portugal, ou que aí procuravam trabalho ou uma vida melhor (Kalter, 2022, pp. 148-149). Como já foi notado por muitos, a descolonização, as guerras de África e o colonialismo foram como que enterrados num subconsciente nacional, ao mesmo tempo que a sua memória foi recauchutada em versões cor-de-rosa do colonialismo, sob o epíteto de “Descobertas” ou de “globalização” (Peralta, 2022). Só mais de uma geração mais tarde voltaria esta memória a aparecer como tema de debate.

Já no que toca à ideia de democratização, a memória da Revolução construiu-se à volta de um ideal de democracia que foi tido como um dado adquirido. Ao longo de cinco décadas, a Revolução enquanto construção da democracia moderna em Portugal tornou-se o mote em torno do qual se puderam reunir, num limitado consenso, as várias correntes de opinião que apoiavam o sistema democrático estabelecido no final do período revolucionário. Esta visão, por seu turno, foi reforçada pelo modo como as ciências sociais abordaram o caso português, enquadrando-o numa “vaga” de transições para

a democracia (ver também Lisi e Costa Pinto, neste número temático). A primeira vaga de literatura das ciências sociais sobre as “transições” para a democracia na Europa do Sul (por exemplo, os estudos comparados de O’Donnell, Schmitter e Whitehead) via o processo de democratização como essencialmente concluído na revisão constitucional de 1982, com o fim da tutela militar sobre o poder civil. Nesse momento, Portugal torna-se uma democracia como as outras – as outras sendo, aqui, as democracias parlamentares da Europa Ocidental (O’Donnell, Schmitter e Whitehead, 1986). Não quero dizer com isto que as ciências sociais tiveram uma visão panglossiana da transição, como se estivessem sugerindo que ao passar a fronteira do autoritarismo para a democracia todos os problemas se esbateriam. Ao longo das últimas décadas, foram elas que muito fizeram para questionar a natureza da democracia e a democratização da sociedade em Portugal. Uma parte importante desse esforço foi impulsionado por investigadores do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, incluindo os estudos de António Barreto; o trabalho dirigido por Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala baseado nos inquéritos do *European Values Survey*; ou as pesquisas de Pedro Magalhães sobre abstenção e desinteresse dos cidadãos perante a política (Barreto, 2000; Villaverde Cabral et al., 2000 e seguintes; Magalhães, 2005).³ No entanto, o padrão contra o qual a democracia portuguesa foi sempre comparada foi o das democracias “normais” do Ocidente europeu, as quais se têm demonstrado mais frágeis e, em certa medida, menos democráticas do que assumíamos.

No contexto da narrativa da “revolução como democratização”, a historiografia focou-se na pergunta de como fez o país a sua transição para essa democracia. Os historiadores discutiram quais foram as condições para o fim da ditadura, e quais foram os atores que ajudaram a construí-la: os militares, as elites políticas, a influência das potências da Guerra Fria ou, como no meu próprio trabalho, qual o papel dos movimentos sociais nesse processo (Ramos Pinto, 2025b).⁴ Cada geração de investigadores dos últimos 50 anos abordou a Revolução com as suas perguntas. Olhando para trás, vemos um vasto trabalho que, apesar das limitações do complexo contexto arquivístico português, tem vindo a aprofundar o nosso conhecimento sobre o passado recente. A produção e a discussão sobre a natureza da Revolução têm vindo a crescer, e bem, alicerçadas em instituições como o Arquivo de História Social do ICS e o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra; ou a tardia, mas importante, organização de material do Estado Novo nos arquivos

3 Para uma apreciação global do trabalho sobre a democracia portuguesa nos últimos 50 anos, com uma forte representação do ICS, ver Fernandes, Magalhães e Costa Pinto (2023).

4 Esta publicação é uma tradução do original em inglês (Ramos Pinto, 2013).

nacionais. Tardias, mas sempre bem-vindas têm sido também a valorização e a investigação das trajetórias cruzadas de guerra, descolonização e revolução, refletidas na entrevista com Teresa Cruz e Silva, que integra este número temático da *Análise Social*. Através do trabalho coletivo de cientistas sociais, incluindo historiadores, tem-se vindo a analisar como foi construída, em Portugal, a democracia que temos – como evoluiu e quais as continuidades e os legados do passado que nela perduram, sejam eles positivos como argumenta Robert Fishman (2019), ou negativos, incluindo as grandes desigualdades de participação e eficácia política (Freire, 2001; Cancela, 2023).

No entanto, há ainda muitas áreas de pesquisa por explorar, e esse é o foco deste artigo. Em particular, se as dimensões institucionais da democratização têm sido objeto da maior parte da discussão dos últimos 50 anos, pretendo defender aqui que apesar de uma renovada atenção ao papel das mobilizações sociais e da política “de rua”, temos ainda muito a fazer no estudo de quais foram os ideais e as práticas de democracia que tomaram forma antes, durante e depois da Revolução. As notas e ideias aqui apresentadas são uma síntese de reflexões que tenho feito durante os últimos anos, mas irei também relacioná-las com a problemática do que poderia ser uma sociedade mais democrática. Assim, este artigo é ainda um “ensaio” no sentido estrito da palavra – uma tentativa que tenho noção de estar ainda muito longe de ficar completa. Desta forma, longe de pretender deixar aqui uma última palavra sobre o assunto, gostaria, acima de tudo, que as propostas avançadas fossem tidas como o início de uma conversa.

Perguntar que democracia(s) estava(m) em jogo durante a Revolução é uma questão de história contemporânea no seu sentido de história que entra em diálogo com o presente. Num momento em que as democracias europeias, e não menos a portuguesa, se encontram numa fase de incerteza, questionamento e até perigo existencial, olhar de novo para a história da nossa democracia assume carácter de urgência.⁵ É hoje um *cliché* dizer que “fazer história” reflete as preocupações do presente e que a história contemporânea é uma genealogia do presente. Em si mesmo, o método genealógico é um método de indagação que, tal como outros métodos, visa gerar hipóteses a serem confrontadas com as evidências das nossas fontes, testadas nos debates e comparadas com outras possíveis respostas. No entanto, limitar a história contemporânea à genealogia do presente tem os seus riscos, e argumento que é essencial complementá-la com outras perguntas e perspetivas. Fazer a história da Revolução deve também passar pelo trabalho de identificar e analisar os outros futuros

5 Para uma importante reflexão sobre a “contemporaneidade” da história do século xx, ver Conway, Donert e Patel (2022).

que estiveram em disputa durante o momento de eclosão revolucionária; deve passar por perguntar que outras perspetivas se abriam nesse momento. Isto não significa o mesmo que entrar pelo caminho da chamada “história contrafactual” – ou seja, prever as consequências de factos não ocorridos, que por vezes deve mais à ficção científica.⁶ Perguntar e examinar que outros futuros estavam em jogo não é o mesmo que construir uma história alternativa e especulativa do tempo que se seguiu. É antes uma perspetiva que pode abrir várias oportunidades: em primeiro lugar, este tipo de questionamento pode ajudar a reconhecer a especificidade desse momento, ampliando a análise, em vez de a afunilar na direção do presente; em segundo lugar, pode gerar uma melhor compreensão das condições em que foram forjados os futuros que de facto se concretizaram; e, em terceiro lugar, pode fornecer elementos para pensarmos as alternativas de futuro que temos pela frente. Por conseguinte, este ensaio argumenta que revisitar os futuros da democracia na Revolução abre a possibilidade de pensar nestas três frentes; e abre a possibilidade também de refletir sobre alguns dos métodos e ferramentas que os cientistas sociais poderão usar para levar a cabo esses desafios.

A REVOLUÇÃO COMO MOMENTO DE EXCEÇÃO

Para reabrir a questão dos futuros da Revolução temos de a focalizar não como um momento de transição, mas como um momento de exceção. Ou seja, temos de deixar de analisar a Revolução à luz das suas consequências e olhar de novo para ela como um momento em que o futuro era não só imprevisível, mas também algo que poderia ser criado. Nos últimos anos, as histórias dos futuros passados, ou antes, as histórias do papel do futuro em diferentes momentos históricos, tem conhecido uma enorme expansão. A isto não será alheio o facto de nos encontrarmos num novo momento de ansiedade sobre vários futuros plausíveis, se não inevitáveis. Aqui se incluem o reconhecimento das inevitáveis mudanças climáticas sem precedente na memória humana, mas também de renovadas ansiedades sobre o futuro da democracia frente ao crescimento dos “iliberlismos” e autoritarismos. Na proliferação das histórias do futuro no período do segundo pós-guerra (isto é, aproximadamente desde meados dos anos 1940 até aos anos 1970) historiadores como Jenny Andersson (2018; ver também Huber, 2017) têm mostrado como as ciências sociais, os governos e as entidades intergovernamentais foram desenvolvendo ferramentas cada vez mais sofisticadas para medir e avaliar as sociedades, e sobretudo tentar planear e prever o seu futuro. Os grandes planos de fomento e a construção de

6 Para uma discussão dos usos e desusos da “história contrafactual”, ver Bunzl (2004).

cenários de previsão são apenas algumas das ferramentas que se desenvolvem em ambos os lados da cortina de ferro para tentar controlar o futuro e orientar o progresso.

Nesta perspetiva, a década de 70 do século XX é muitas vezes definida como um momento de “crise” desta visão de um futuro planificável, de um horizonte de progresso. A crise de uns, porém, é a oportunidade de outros. Do ponto de vista das potências tradicionais, os meados dos anos 70 eram caracterizados como uma “crise das democracias” (Crozier, Huntington e Watanuki, 1975), uma crise de governabilidade. Para outros, ao invés, essa crise era entendida como um momento em que o futuro ganhava maleabilidade, em que outros atores ganhavam a capacidade de criar outros futuros. É salutar voltar atrás e pensar a década de 1970 não apenas como palco do suposto domínio do neoliberalismo, mas também como palco de um momento de possibilidade. Para muitos, quer seja os países do Sul que tentaram definir uma nova ordem económica internacional através das Nações Unidas, quer seja a galáxia das novas esquerdas globais, esse momento de crise do sistema do pós-guerra abria a porta a outras visões (Hellema, 2018; Getachew, 2019). Mesmo para além das visões mais revolucionárias, o período dos “longos anos 60”, senão dos “longos 70” (Andry, 2022, pp. 6-7; Mohandes, 2022, pp. 10-12), viu surgir um fervilhar de ideias e experiências, desde a autogestão à ecologia, balizadas por uma crítica quer aos limites da democracia existente nos países do Ocidente, quer ao socialismo nos países do Leste europeu.

Não há razão para que este sentimento de possibilidade se tenha restrin-gido a vanguardas e elites políticas – noutros momentos de indefinição, por exemplo, como 1945, 1968 ou 1989, esse tipo de entusiasmo atravessou as hie-rarquias sociais e gerou uma participação criativa generalizada. No entanto, na historiografia da Revolução esta dimensão tem sido negligenciada. Há uma linha de análise importante que tem tomado como foco articulante a ideia do “poder popular”, como espaço de criação de uma alternativa em que uma suposta “classe trabalhadora” ensaiou uma transição para o socialismo nos moldes clássicos, liderada pelo proletariado e pelo campesinato. No entanto, a representação desse mesmo “povo” nessa história – apesar da dedicação de muitos investigadores para recuperar a voz dos trabalhadores, das domésticas e dos portugueses comuns que tão extraordinariamente construíram a Revolução de 1974 – continua a apresentar uma visão demasiado homoge-neizada desse “povo”, no pressuposto de que, nas condições certas, o “povo” tomaria a forma do ideário marxista na sua vertente clássica, adquirindo (se possível) consciência de si próprio através da luta de classes. Mas esta visão de um “povo” que se comporta como nos manuais é problemática. O “povo” de Abril não é só revolucionário, como escrevi noutro trabalho: “o povo às

vezes também é católico, bairrista, rude, retornado, vota no Partido Socialista ou até Eanes” (Ramos Pinto, 2016, p. 51). Mas esse mesmo povo também fez a Revolução, e fê-la de modos que não cabem bem nas leituras dominantes do seu papel nesse processo histórico – quer sejam as de povo moderado ou de povo revolucionário.⁷ O mesmo “povo” que votou em maioria no Partido Socialista (PS) e no Partido Popular Democrático (PPD) em 1975 e 1976 foi também o povo que ocupou terras e casas, que fez cooperativas e que fez barricadas a 11 de Março; o povo que se manifestou por direitos e liberdades foi também o povo que atacou a primeira manifestação feminista em Portugal; o povo que recusou continuar a guerra colonial foi também o povo que aceitou sem oposição uma lei da nacionalidade que excluiu muitos milhares de portugueses africanos. Por conseguinte, a natureza da política popular do período revolucionário foi variada, as práticas e visões do “povo” sobre a sociedade estiveram em constante mutação, tornando-se impossível enformar essa dinâmica em grandes categorias homogeneizantes. Na verdade, é talvez por evadir essa homogeneização que a política popular da Revolução se mostra ainda mais fascinante de compreender pelas ciências sociais. Nesse período, estamos perante uma população diversa e em plena aprendizagem – não da política, porque essa sempre existiu – mas de uma nova política num contexto extraordinariamente aberto de possibilidades que, para muitos, era inédito. Para a investigação, o desafio reside em descobrir a forma de explorar essas complexidades e contradições, tentando mapeá-las com vista a repensar a história e a contemporaneidade da democracia portuguesa.

ONDE SE PRODUZEM OS FUTUROS DA DEMOCRACIA NA REVOLUÇÃO?

Urge, então, desagregar a ideia de “povo” e explorar as características, a diversidade e a criatividade dos imaginários políticos que se expressaram durante a Revolução. Onde podemos, então, procurar estas conceções de democracia? Onde e como podemos procurar entender como se relacionaram essas conceções com a mudança social e política do momento revolucionário? Um dos sítios onde iniciar essa procura é, obviamente, a expressão ideológica das

7 Para além de que, é claro, uma parte da população continuaria de algum modo a apoiar o regime deposto. A narrativa da libertação não nos pode cegar para o facto de que os regimes duram também porque retêm apoio por convicção, interesse ou desinteresse. Para uma discussão deste ponto com referência aos autoritarismos europeus do século xx, ver Paul Corner (2017). Agradeço a Annarita Gori os seus comentários neste ponto importante, que merece também uma maior atenção por parte da historiografia portuguesa.

várias forças políticas em confronto. Num texto publicado em 1989, Eduardo Lourenço (1989, p. 73) classificava as ideias marxistas que circulavam no período revolucionário como um “Niágara” de ideologia que a sociedade portuguesa não conseguia absorver nem digerir, vendo-a desfasada do “sentir português médio”. No entanto, na última década a historiografia portuguesa tem vindo a explorar com muito maior profundidade esta “galáxia” das ideologias da Revolução, revelando não um decalque de ideias importadas, mas tentativas originais de as ler e adaptar em relação à realidade nacional. Apesar da sua reduzida implementação, o maoísmo português tem tido também uma atenção cuidada, como no excelente livro de Miguel Cardina (2011). Mais recentemente, outros grupos na esquerda revolucionária têm sido também abordados de novos ângulos, com destaque para o volume coletivo dirigido por Ana Sofia Ferreira e João Madeira (2020). O socialismo democrático, o centro-direita, a democracia cristã e a extrema-direita têm também sido estudadas, embora esta literatura raras vezes vá para lá das elites partidárias (Marchi, 2016; Gomes, 2019). É tendência da historiografia procurar a dimensão transnacional destes processos, dando atenção à circulação de ideias, atores e ações entre organizações em Portugal e noutras partes da Europa e do mundo, o que inclui tratar a revolução portuguesa no contexto das lutas e da circulação de ideias anticoloniais (Lopes e Telepneva, 2024; Trindade et al., 2025). Recentemente, analisei o modo como as esquerdas revolucionárias europeias dos anos 1970 projetaram nos eventos em Portugal as suas aspirações e preocupações sobre a possibilidade de uma transição para o socialismo na Europa Ocidental. Olhando sobretudo para as novas esquerdas que giravam em torno do maoísmo ou do trotskismo argumentei, entre outras coisas, que o significado e a operação da democracia durante o processo revolucionário foi um dos pontos de fissura dentro da esquerda revolucionária, que usou o caso português para debater a questão das liberdades democráticas, o problema das eleições ou o significado da ditadura do proletariado nas suas teorias de transição (Ramos Pinto, 2025a).

No entanto, o desafio do Niágara ideológico apresentado por Eduardo Lourenço, referido acima, não foi ainda encarado. Na generalidade, os trabalhos sobre os movimentos políticos do período revolucionário e pós-revolucionário têm focado as elites dos grandes partidos ou os militantes e ativistas – mas menos a participação e experiência da maior parte da população, sobretudo em termos dos seus imaginários políticos e da sua relação com a democracia. Podemos definir “democracia” e “democratização” de múltiplas maneiras. Algumas perspetivas, por exemplo, focam as instituições e os processos de consulta democrática; outras, os níveis de participação; outras ainda, como fazem Linz e Stepan (1996), para definir esses fenómenos combinam

dimensões institucionais, estratégias de elites políticas e atitudes da população para com a democracia. Charles Tilly (2007, pp. 13-15), por seu turno, aponta para a densidade das relações entre Estado e sociedade e para a capacidade de influenciar decisões e graus de igualdade. Todas estas dimensões são sem dúvida importantes, sobretudo quando reconhecem o papel central da cidadania. Todavia, tendem também a ser relativamente abstratas. Na minha opinião, elas não dão suficiente atenção às práticas e aos ideários políticos na sua manifestação quotidiana. Para além de um quadro institucional que poderemos chamar democrático (o que já de si é um conceito que muda com o tempo – o que vemos como instituições democráticas não é idêntico na antiguidade clássica, na era das revoluções democráticas, no pós-guerra europeu e no momento atual), temos também de reconhecer que há todo um mundo de práticas, visões do mundo e ideologias do dia a dia que constituem diferentes tipos de relações entre pessoas, e entre pessoas enquanto grupos, e entre ambos e o Estado nas suas múltiplas manifestações.

Se definirmos como democráticas aquelas relações que articulam interesses e opiniões divergentes para um consenso no qual é dado igual valor à voz de cada pessoa, podemos ver a democratização como um processo que se desenrola para lá das instituições e também na sociedade.⁸ No entanto, o modo como as sociedades são ou não são democráticas é também complexo e pode conter dimensões contraditórias. Para além disso, as práticas quotidianas podem ser mais ou menos democráticas e podem sê-lo ou não em sintonia ou em dissonância com as instituições nacionais. Assim, sabemos bem que na nossa democracia atual coexistem ideais e relações que são tudo menos democráticas – desde a exclusão e exploração daqueles definidos como “outros” (minorias étnicas ou imigrantes) à regulamentação de espaços e interações como exclusivas; ou ainda uma lógica de mercado estanque a uma lógica democrática. Mesmo no contexto de um regime autoritário podemos também encontrar espaços e relações que se constituem de modo democrático, apesar da inexistência de instituições representativas (Cavatorta, 2012; Gilley, 2010). Como podemos então investigar as vivências da democracia antes e durante o período da Revolução?

⁸ Note-se que aqui estou implicitamente a distinguir entre *valores* democráticos (o quadro de atitudes revelados através de inquéritos e sondagens) e as *práticas* democráticas que se estendem para lá do voto e da participação na política formal, incluindo os modos de relacionamento e de comportamento entre cidadãos (e entre estes e outros, não cidadãos). Este ponto alicerça-se na linha de discussão sobre o papel fundamental da deliberação ou do “raciocínio público” no funcionamento da democracia; por exemplo, no pensamento de John Rawls ou de Jürgen Habermas (para uma síntese e discussão, ver Sen, 2009, pp. 324-327).

Salvo algumas exceções, como as entrevistas de Glauber Rocha para o filme coletivo *As Armas e o Povo* (1975),⁹ as fontes jornalísticas, partidárias e oficiais do período revolucionário (ao enquadrarem na sua linguagem e ideologia a expressão da participação e ambições populares) deixam-nos entrever as ideias e visões da democracia dos portugueses da altura, mas em poucos casos nos permitem analisá-las em detalhe. Como fazê-lo, então? As ferramentas existem, mas têm pouco uso entre nós. Recentemente, colaborei numa resenha crítica sobre o papel das mobilizações sociais nas transições democráticas espanhola, portuguesa e grega, explorando tradições historiográficas em cada um destes países – os seus pontos fortes, mas também os seus ângulos mortos (Papadogiannis e Ramos Pinto, 2023). Através dessa comparação ficou evidente a escassez de trabalhos em Portugal no que poderíamos chamar a área da história social da política. Aqui, como se reviam ou não as diversas populações nas ideologias de partidos ou movimentos não seriam as questões mais prementes; as questões mais prementes nessa história social passariam por perguntar como é que esses atores fizeram a sua política no período revolucionário e como articularam as suas ambições próprias com as possibilidades e linguagens políticas que encontraram. A historiografia espanhola, em particular desde os anos 1990, tem investigado, com muito mais afinco do que a portuguesa, a experiência do político ao nível da localidade, do bairro ou da fábrica. Muito deste trabalho visa áreas para lá de Madrid ou de Barcelona, embora estes grandes centros estejam bem representados. É sobretudo notável a forma como o uso da história oral como método é muito mais disseminado na historiografia espanhola. Em contraste, o seu uso em Portugal é relativamente escasso. Não será exagero dizer que, nesta área, o jornalismo, a história local e o filme documental têm dado um contributo muito maior do que historiadores e cientistas sociais sediados em universidades.

Considere-se um exemplo: em 1967, a zona em volta de Lisboa sofreu cheias catastróficas que levaram à morte de um número ainda desconhecido (mas, no mínimo, várias centenas) de pessoas que viviam em bairros pobres ou informais. Apesar das tentativas para abafar os relatos sobre a catástrofe, as cheias de 1967 foram um momento importante na deslegitimação do regime e na politização do movimento estudantil (Oliveira, 2019) que se mobilizou para a ajuda e o rescaldo.¹⁰ Todavia, até há pouco tempo não havia trabalho de fundo realizado sobre esse acontecimento, nomeadamente no que toca aos

9 *As Armas e o Povo* (1975), 81 min, cor e p.b.; Portugal, Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Cinema e Televisão.

10 O tema das cheias de 1967 e o seu papel na politização de uma parte importante desta geração é mencionado em Accornero (2016, pp. 75-80) e em Cardina (2008, pp. 63-67).

seus impactos na vida social e na vivência política das suas vítimas e voluntários. Quando esses trabalhos apareceram vieram não do meio académico, mas de iniciativas de história local, neste caso de Oeiras, pelo trabalho de Ana Paula Torres, que recolheu testemunhos de vítimas e estudantes e que serviu de base ao tratamento dado pela jornalista Margarida David Cardoso no jornal *Público* em 2017 (Torres, 2017; Cardoso, 2017). Ou para dar outro exemplo do cinema documental: os dois filmes de José Filipe Costa – *Linha Vermelha* (2011) e *Prazer, Camaradas!* (2019)¹¹ – o primeiro, em torno do filme documental de Thomas Harlan sobre a ocupação da herdade da Torre Bela, a norte de Lisboa; o segundo, a partir dos encontros entre portugueses do mundo rural e ativistas e turistas revolucionários do Norte da Europa. Usando entrevistas e recriação dramatizada, os filmes de José Filipe Costa partem de uma investigação sobre a memória desses eventos, para explorar a vivência pessoal da Revolução de homens e mulheres que, embora sem serem capitães ou líderes políticos, foram igualmente atores cruciais neste processo. Não sendo trabalhos de história (no sentido estrito de história académica), nem desenvolvendo a sua pesquisa numa conversa direta com as ciências sociais, estes trabalhos documentais oferecem-nos uma micro-história do político, uma perspetiva que falta à historiografia, para melhor perceber a democratização da sociedade portuguesa em todas as suas valências.

Estamos ainda longe de poder responder à pergunta de como se construiu a democracia em Portugal a este nível das experiências democráticas quotidianas e das subjetividades políticas. A população portuguesa não deve ser vista como uma massa amorfa que é moldada por elites políticas mais ou menos democráticas, ou como um conjunto de classes que é mero reflexo de determinados tipos de relação social. Ela deve ser compreendida no quadro de uma história que atende à evolução histórica, à diversidade, complexidade e contradições das subjetividades políticas dos participantes populares. Por isso, devemos continuar a tentar entender as formas como mudaram as visões e vivências dos portugueses através das grandes mudanças sociais da segunda metade do século xx – de migrações, para as cidades e para fora do país; do crescimento do trabalho feminino renomeado; de múltiplas e novas interações da população (como soldados, funcionários públicos, utentes de hospital, etc.) com um Estado em expansão e transformação. No meu trabalho sobre as origens do movimento social urbano do período revolucionário em Lisboa,

¹¹ *Linha Vermelha* (2011), realiz. José Filipe Costa, 75 min, DPC/cor, Portugal, Terratreme; *Prazer, Camaradas!* (2019), realiz. José Filipe Costa, 105 min, DPC/cor, Portugal, Uma pedra no sapato. O primeiro usa como ponto de entrada o filme *Torre Bela* (1977), realiz. Thomas Harlan, 106 min, DPC/cor, República Federal Alemã.

por exemplo, procurei explorar um destes elementos de subjetividade política. No meu livro *A Cidade e a Revolução* sugeri que a intervenção da ditadura na questão da habitação (limitada e autoritária como foi), ao trazer o Estado e os seus agentes para os grandes bairros de barracas das cidades, ao colocá-los em interação com os seus residentes, veio alterar o imaginário político de uma população para quem, até aí, a questão de habitação era uma questão essencialmente privada e de inadequação entre salários e preços (Ramos Pinto, 2025b). A intervenção estatal da ditadura lançou, assim, paradoxalmente, as raízes de uma ideia democrática de habitação, uma ideia de habitação como direito, que essa mesma população, assim que os militares depuseram a ditadura, pôs depois em campo através de ocupações, petições e manifestações.

Mas esse ideário político de uma cidade democrática não foi simples, nem despojado de conflitos e contradições. Esteve entrecruzado, em grande parte, com uma ideia de propriedade tradicional, em que era importante a segurança da posse legal. As próprias relações entre moradores combinaram uma enorme criatividade e participação democrática com a existência de hierarquias de classe, de género e de cariz etno-racial dentro das comissões de moradores. Por outro lado, nada disto foi estático; foi um processo dinâmico, gerado por conflitos, encontros e práticas antes, durante e depois da Revolução. Quanto mais olhamos para o modo como a sociedade gerou a democracia, mais complexa se nos afigura esse processo de gestação e, também, por isso mesmo, mais se apresenta esse processo como analiticamente interessante. Toda esta diversidade e complexidade deveria ser investigada e discutida com maior atenção na história e na memória da Revolução. A continuar com este *déficit* de atenção, perdemos de vista vários elementos importantes, mas sobretudo dois que se ligam à contemporaneidade do estudo da Revolução.

Em primeiro lugar, e no sentido genealógico, ignorar a diversidade dos sentidos, práticas e ideários políticos da população, e ignorar o modo como continuaram a evoluir nos últimos cinquenta anos, deixa-nos desconhecedores das múltiplas vertentes da cidadania e da democracia que estruturaram a política portuguesa. Daí talvez a surpresa de alguns perante a geografia eleitoral da direita radical. Em segundo lugar, ignorar esses aspetos não nos permite descobrir que outros imaginários democráticos foram experimentados e como foram experimentados – mesmo que se tenham perdido, ou que pelo menos se tenham perdido de vista. As experiências de participação e de democracia direta proporcionadas pela Revolução não vieram sempre de cima – em grande parte foram algo que a população foi criando e construindo, utilizando as ferramentas que tinha à sua disposição. Essas ferramentas incluíam ideias de equidade, de valor e de responsabilidade que nem sempre poderão ser as que prevalecem nos dias de hoje, mas foram aquelas que se expressaram e

entraram em campo nesse momento. Voltando ao filme de Thomas Harlan, *Torre Bela* – na sua bem conhecida cena da discussão em que um trabalhador se recusa a entregar a enxada à cooperativa para que seja propriedade coletiva. Nesses minutos está uma porta de entrada precisamente para a questão dos imaginários políticos que eu defendo ser importante explorar: como se entrelaçam ideias sobre posse, direitos e das formas como gerir o que é comum com heranças de visões de mundo construídas da vida rural e urbana, da religião e da educação (Costa, 2011, pp. 110-111)? Essa é uma das perguntas mais interessantes sobre a história da democracia na revolução portuguesa – como é que através do cruzamento destas experiências foi possível, em alguns casos, a criação de estruturas de participação e democracia que foram verdadeiramente abertas? Ao falarmos de democracia na Revolução, a tendência tem sido para apontar a extraordinária participação nas eleições para a Assembleia Constituinte, mas seria importante ver essa adesão ao voto não isoladamente, mas no contexto de uma muito maior e continua participação nos locais de trabalho, nos bairros, nas ruas que caracterizou o período revolucionário.

Há muitas razões para que a “normalização” da política após o fim do período revolucionário tenha também levado ao fim de muitas dessas experiências de democracia. As tentativas de instrumentalização dessas experiências por partidos políticos que recusavam a legitimidade das eleições são uma delas. O receio dos partidos moderados de um movimento que não controlavam é outra. Houve também problemas inerentes às formas de participação e de democracia direta que não passaram despercebidos a muitos que as observaram. Um dos debates mais interessantes na esfera da Nova Esquerda nos anos 70, em parte com a experiência portuguesa em mente, é de como se poderão conciliar elementos de democracia direta com representação política ao nível nacional – como vemos nas obras de Nikos Poulantzas ou Henri Weber, por exemplo (Ramos Pinto, 2025a, 87-88). E também terá havido, sem dúvida, desgaste e cansaço da população num momento em que a situação económica se agravava de dia para dia, sobretudo quando os seus esforços encontravam agora um Estado reconstituído e cada vez mais desinteressado em colaborar com ela. Mas o seu fim não significa que não possamos refletir, nem aprender, com essas experiências. A questão é como o podemos fazer.

EM DEFESA DA ETNOGRAFIA DO PASSADO

A história e as ciências sociais têm múltiplos conceitos para pensar o significado dessas práticas políticas. Até aqui tenho usado de maneira algo indiscriminada os conceitos de “imaginário político”, de experiência ou de cidadania quotidiana; mas podemos também abranger uma versão da ideia de

“economia moral” de E. P. Thompson (1971; ver também Frevert, 2019). O que estas abordagens têm em comum é a sua raiz numa tentativa de integrar a viragem cultural nas ciências sociais, sem desleixar as questões de poder e a relação entre indivíduos e estruturas sociais. Aqui tem sido especialmente produtiva a troca de ideias e abordagens entre a história, a sociologia e a antropologia e até a psicologia – não vou aqui rever todo esse campo, mas o que me interessa aqui é o modo como esta interação entre a história e as outras ciências sociais nos pode ajudar a analisar duas questões (Sewell 2005). A primeira questão concerne o modo como são construídas as subjetividades políticas e os seus respetivos imaginários, no cruzamento entre a socialização de tradições pré-existentes, novas ideias em circulação – trazidas, por exemplo, pelo acesso aos *media*, à emigração ou ao contacto com outras subjetividades – e a experiência de contextos sociais e materiais. A segunda questão é relativa ao modo como podemos aceder a essas práticas e identidades, quando raramente elas tiveram oportunidade de ser articuladas, gravadas e ouvidas – tanto no momento em que surgiram como nos 50 anos seguintes.

Num texto recente – publicado na primavera de 2024 –, Nuno Domingos articula com grande elegância as possibilidades de uma abordagem etnográfica sobre um momento em que se abriram “os espaços das práticas e das imaginações”; onde os trajetos e contextos sociais de cada um transformam e são transformados no momento revolucionário (Domingos, 2024, p. 250). Respondendo à pergunta – “O que gostarias de ter estudado em 1975?” –, o texto de Nuno Domingos tem necessariamente um carácter especulativo. Não será preciso alongar aqui a descrição do texto, de leitura imprescindível, mas procurarei avançar alguns exemplos e pistas de como seria possível uma tal abordagem etnográfica ao passado.

Em termos de métodos não precisamos de ser prescritivos – a história está no seu melhor quando é plural e imaginativa, mas é essencial procurar tanto quanto possível aqueles momentos e espaços em que as pessoas falam por si próprias, e refiro-me aqui ao tipo de pessoas que têm sido deixadas de fora dessa história (ou que têm sido visíveis apenas como construções exteriores a essa história). Em primeiro lugar, uma análise aprofundada convida a estudos que procuram uma escala humana, em que podemos tentar reconstituir uma maior parte do contexto social, das linguagens e das experiências. O estudo monográfico não precisa de se debruçar sobre um lugar apenas – seja esse lugar bairro, aldeia ou fábrica – mas deve seguir os seus sujeitos pelos espaços que formam o seu dia a dia. As “micro-histórias” não são nem mais nem menos essenciais do que aqueles trabalhos de história que procuram abarcar e ligar situações a outros níveis, mas é inegável que as encontramos em menor número na vasta literatura sobre a Revolução, que tende para a síntese

interpretativa. Mas a reconstrução de meios e locais específicos permite-nos contextualizar o geral no particular – quando, por exemplo, certos atores reivindicam o direito ao trabalho (uma expressão geral), o que quer isso dizer no contexto em que o fazem? O trabalho de todos? Ou de todos e de todas? Em que condições? Quais são as suas expectativas relativamente às relações hierárquicas entre chefes, proprietários e trabalhadores? Ou, noutro contexto, como devemos compreender as questões de controlo sobre a terra, ou compreender se estas são pensadas em termos coletivos ou individuais? Como se relacionam expectativas de autonomia com ideias de responsabilidade familiar, ou ligações identitárias e sociais e instituições como a Igreja? Porém, por outro lado, esta contextualização localizada não deve deixar de identificar e de seguir os fios que ligam o local a outras escalas – regionais, nacionais e internacionais. As migrações e os movimentos de populações, quer sejam dos campos para as cidades, para fora do país ou para a guerra colonial levam e trazem ideias, experiências e linguagens. Bem como o fazem os jornais, a rádio e a televisão, o turismo e novas formas de trabalho e de vida.

Em segundo lugar, devemos também procurar mais e novas fontes. Os folhetos de comissões, as petições, os jornais de fábrica e de bairro, os excertos de entrevistas nas televisões e nos jornais. Alguns destes têm sido já utilizados – no meu trabalho sobre comissões de moradores tive a sorte de encontrar, no Arquivo Municipal de Lisboa, o acervo de correspondência entre dezenas de comissões e a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, o que me permitiu ter uma perspetiva para lá daquela que era refletida na imprensa local e partidária. Aqui é importante saudar o trabalho de arquivos como o Centro de Documentação 25 de Abril e a Ephemera pelos seus esforços de salvaguarda de uma expansão de material da “pequena política”, arquivos sem os quais o objetivo que aqui descrevo seria muito mais difícil. Estes materiais não nos darão acesso a uma voz “pura” das populações. Tal como a antropologia fez a sua autocrítica sobre a ideia das civilizações ditas “primitivas” enquanto objeto de estudo, não existem “classes populares” intocadas pelo mundo à sua volta. Não é surpresa que a linguagem de muitas das mobilizações populares do período revolucionário fosse a linguagem do marxismo – povo, capitalismo, revolução, exploração, socialismo. Essa era a linguagem do momento, aquela que era difundida pelas rádios, televisões e jornais. Era a linguagem das instâncias do poder transitório a que estes movimentos se dirigiam. Era a linguagem dos ativistas que os procuravam. Assim, não é surpreendente que fosse essa em grande medida a linguagem em que se expressavam – algo que se torna claro em estudos que exploram a interação entre ativistas, militares e populações rurais durante a Revolução (e.g. Almeida, 2009; Silva, 2024). Mas essa é também uma linguagem que consegue

abrir muita coisa; uma linguagem maleável e que se cruza com outras ideias e maneiras de ver o mundo. São esses cruzamentos que devemos procurar perceber, ao perguntarmos que visões e práticas da democracia se manifestaram no dia a dia da Revolução. Porém, dadas as suas características de subalternidade, como disse acima, estas são expressões da Revolução que temos grande dificuldade em agarrar.

Nisto é essencial o recurso à memória, talvez a tarefa mais urgente, dado o espaço de tempo que se alarga entre nós e a Revolução. Voltando ao contraste com a historiografia espanhola que referi acima, até agora temos feito muito pouco uso da história oral em Portugal. Para além dos trabalhos de Sónia Vespeira de Almeida e de Pedro Gabriel Silva (Almeida, 2009; Silva, 2024), ou outras investigações pioneiras como as de Paula Godinho (2001) sobre resistências rurais no Sul de Portugal, grande parte do trabalho em história oral tem focado a memória de elites políticas e militares (é o caso do projeto liderado pelo Centro de Documentação 25 de Abril), ou de ativistas políticos no final da ditadura (e. g. Accornero, 2019).¹² Estes são excelentes e necessários trabalhos, mas é notável a ausência de um volume significativo de investigação em história oral e resgate da memória que pegue em sujeitos para além das elites. Há mais de uma década, Luísa Tiago de Oliveira (2010) lamentava a implementação tardia do método de história oral em Portugal e da sua relativa escassez. Oito anos mais tarde, Maria Manuela Cruzeiro (2018) repetia o diagnóstico e, hoje, ainda muito continua por fazer. As causas deste relativo desinteresse pelo que aqui chamo a micro-história social e pela história oral (até em comparação com a vizinha Espanha) não são evidentes. Talvez se encontrem essas causas na senda da recuperação da memória da Guerra Civil durante e após a transição espanhola para a democracia (Borderias, 1995)? Ou talvez se encontrem na implantação mais tardia e talvez ténue do movimento feminista que, em países como Espanha, Itália ou Inglaterra, foi crucial no impulso às técnicas da história oral (Bornat e Diamond, 2007)? Ou será esse relativo desinteresse também resultado das narrativas sobre a Revolução que continuam a dominar a memória pública e oficial?

No seu livro sobre os legados do Maio de 1968 em França, Kristin Ross (2002) fala em “confiscações” do passado, ou seja, de padrões de memória que, ao incidirem sobre certas áreas, escondem ou menosprezam outras versões do passado. No caso francês, Ross vê na memória de 1968 uma sobrevalorização do papel de uma geração de estudantes universitários (homens, sobretudo), em parte resultado da posterior ascensão desses mesmos indivíduos a

12 Sobre o projeto de história oral do Centro de Documentação 25 de Abril, ver: <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1458>, consultado a 18 de junho de 2025.

posições-chave nas áreas da cultura, da política e da comunicação. Segundo Ross, à medida que essa geração abraçava posições políticas mais próximas do novo “centro” liberal, também a memória de 1968 encobria cada vez mais a sua radicalidade política e empolava o seu papel de libertação cultural e sexual (Ross, 2002, pp. 4-6). Para trás ficava também a memória de um 1968 popular – mais longo do que o Maio desse ano, feito de insurreições e experiências participativas longe de Paris e das militâncias estudantis. No caso português, essas “confiscações” podem não ser conscientes ou intencionais, mas o papel da geração de líderes intelectuais e políticos de Abril pode ter tido, nos últimos 50 anos, um efeito semelhante. Num país pequeno, as lideranças de Abril transitaram também para o período democrático, se não na política pelo menos no mundo da comunicação social e no meio académico. É compreensível, então, que as narrativas que foram sendo legitimadas e reforçadas nesses meios durante os últimos 50 anos sejam, em grande medida, as suas.

Talvez em consequência da ausência de um corte revolucionário, e sem o saneamento que se verificou nas instituições portuguesas, a geração homóloga espanhola – ou pelo menos a sua parte académica – tenho estado menos investida numa narrativa focada no seu próprio papel. Quaisquer que sejam as razões, temos ainda uma breve janela de oportunidade para fazer este trabalho de registo e resgate da memória e da história oral, enquanto a geração de Abril estiver connosco. Com isto, por certo, não iremos recuperar a “verdadeira” história da Revolução. Isso é impossível. Podemos, porém, fazer uma história que nos dará uma amostra mais rica e inclusiva do caleidoscópio de ideias e vivências de democracia que deu forma a essa história. Serão, sem dúvida, múltiplas e contraditórias essas memórias. Serão também memórias construídas por cinco décadas de experiências posteriores, mas a interrogação dessa relação entre passado e presente através da subjetividade expressa nas entrevistas é ela própria uma ferramenta produtiva, capaz de evocar as distâncias entre o eu/nós passado e o eu/nós presente, permitindo examinar as trajetórias de recomposição da identidade e as tensões entre a memória pessoal e as narrativas de memória dominantes.¹³

CONCLUSÃO

A história não nos dá lições. Ela não dá lições não só porque o presente é sempre, de algum modo, diferente do passado, mas também porque este mesmo

¹³ Como exemplo (não exaustivo) de trabalhos outros contextos que usam a história oral de um modo reflexivo, explorando a ligação entre passado e presente, ver Jackie Clarke (2015), Maud Anne Bracke (2019) ou Roseanna Webster (2023).

passado está sempre em mutação, segundo as evoluções dos pontos de vista e das perguntas que lhe fazemos no presente. No entanto, pensar historicamente e refletir com a história é uma prática essencial para o presente em vários sentidos. No contexto desta reflexão sobre a história da Revolução, quero concluir salientando três pontos que me parecem importantes para ligar as práticas democráticas de 1974-1975 à democracia de hoje e ao seu futuro.

Se a *História* não nos dá lições porque dela se podem tirar as mais variadíssimas conclusões, as tentativas de fixar, restringir e controlar a representação do passado tem claras consequências para o presente. Tudo isto pode, e é, usado para legitimar e justificar projetos políticos (e.g. Carvalho e Ramos Pinto, 2019). Assim, se é certo que a democracia vive de um debate público em que múltiplos pontos de vista se entrecruzam na procura de caminhos e soluções, também é certo que reduzir o passado a uma única narrativa, ou excluir outras que razoavelmente poderiam contribuir para esse debate, é uma limitação à própria prática democrática.

Esse raciocínio público, como lhe chama Amartya Sen (2009, pp. VIII-x), ou esse debate democrático, faz-se em parte com os contributos da história académica. Felizmente, em Portugal, nos últimos anos tem-se assistido a uma ampla tentativa dos historiadores profissionais para contribuir para esse debate – embora sobretudo nos chamados *media* “tradicionais”, como jornais e revistas. Mas se poderíamos pensar em como alcançar outros públicos através de novos canais e modos de comunicação, há também um claro interesse do público em geral por obras e intervenções que traduzem o trabalho histórico para lá dos meios académicos. As múltiplas iniciativas à volta das comemorações – oficiais e não oficiais – da Revolução são disso testemunho. Usar essa história virada para o público para dinamizar uma reflexão mais alargada sobre os significados e as práticas democráticas do período revolucionário pode, então, fazer parte de um combate para alargar o debate sobre o passado, o presente e o futuro.

Para além disso, acredito que a história tem um papel democrático mais alargado, quando pensamos no fazer história (isto é, a criação de conhecimento histórico) como uma prática cidadã não exclusiva a historiadores “credenciados”. A prática de procurar o passado, de recolher e interpretar as suas evidências e de construir narrativas nelas baseadas – e, por afinidade, construir uma “imaginação sociológica”, nos termos de C. Wright Mills (1959) – faz parte das ferramentas que todos os cidadãos deveriam possuir para participarem plenamente em democracia. Tão, se não mais, importante quanto a tarefa que cabe aos historiadores de disseminar as suas visões sobre a história é a tarefa de transmitir para lá da universidade os modos “como” se faz a história, dando espaço e apoio às histórias cidadãs, feitas no quotidiano, nas escolas,

nos bairros e em outros locais (Taithe e Ramos Pinto, 2015, p. 16). As “etnografias do passado”, que este ensaio procurou salientar, são ferramentas por exceléncia para abrir espaço à criação de outros saberes históricos – um caminho para uma verdadeira coprodução da história, que envolva aqueles que não têm sido suficientemente ouvidos sobre a Revolução e a democracia. Abrir as premissas e expandir as narrativas das ciências sociais às suas perguntas, às suas críticas e à sua criatividade poderá ser uma ferramenta essencial para criar um futuro mais democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCORNERO, G. (2016), *The Revolution before the Revolution: Late Authoritarianism and Student Protest in Portugal*, Nova Iorque, Berghahn Books.
- ACCORNERO, G. (2019), “I wanted to carry out the revolution”: activists’ trajectories in Portugal from dictatorship to democracy”. *Social Movement Studies*, 18 (3), pp. 305-323.
- ALMEIDA, S. V. de. (2009), *Campões, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, Colibri.
- ANDERSSON, J. (2018), *The Future of the World: Futurology, Futurists, and the Struggle for the Post Cold War Imagination*, Oxford, Oxford University Press.
- ANDRY, A. D. (2022), *Social Europe, the Road Not Taken: The Left and European Integration in the Long 1970s*, Oxford, Oxford University Press.
- BARRETO, A. (ed.) (2000), *A Situação Social em Portugal, Vol. II: Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BORDERÍAS, C. (1995), “La historia oral en España a mediados de los noventa”. *Historia y Fuente Oral*, 13, pp. 113-129.
- BORNAT, J., DIAMOND, H. (2007), “Women’s history and oral history: developments and debates”. *Women’s History Review*, 16 (1), pp. 19-39.
- BRACKE, M. A. (2019), “Labour, gender and deindustrialisation: women workers at Fiat (Italy, 1970s-1980s)”. *Contemporary European History*, 28 (4), pp. 484-499.
- BUNZL, M. (2004), “Counterfactual history: a user’s guide”. *The American Historical Review*, 109 (3), pp. 845-858.
- CANCELA, J. (2023), “Participação eleitoral”. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, A. Costa Pinto (eds.), *O Essencial da Política Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 368-387.
- CARDINA, M. (2008), *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus.
- CARDINA, M. (2011), *Margem de Certa Maneira: o Maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-china.
- CARDOSO, M. D. (2017), “Grandes cheias de 1967: a noite do fim do mundo”. *Público*, 12 de novembro de 2017. <https://www.publico.pt/2017/11/12/sociedade/noticia/a-noite-do-fim-do-mundo-1791985>.
- CARVALHO, T., RAMOS PINTO, P. (2019), “From the ‘unfinished revolution’ to the ‘defence of the revolution’: framing the transition in austerity-era Portugal”. In K. Kornetis, M. E. Cavallaro

- (eds.), *Rethinking Democratisation in Spain, Greece and Portugal*, Londres, Palgrave, pp. 119-228.
- CAVATORTA, F. (2012), "Civil society activism under authoritarian constraints". In F. Cavatorta (ed.), *Civil Society Activism under Authoritarian Rule: a Comparative Perspective*, Abingdon, Routledge, pp. 16-30.
- CLARKE, J. (2015), "Closing time: deindustrialization and nostalgia in contemporary France". *History Workshop Journal*, 79 (1), pp. 107-125.
- CONWAY, M., DONERT C., PATEL, K. K. (2022), "From contemporary history to the history of the present". In *Why Europe, Which Europe?* (blog), 29 de junho de 2022. Disponível em <https://doi.org/10.58079/olak>, consultado a 19 de maio de 2025.
- CORNER, P. (2017), "Dictatorship revisited: consensus, coercion, and strategies of survival". *Modern Italy*, 22 (4), pp. 435-444.
- COSTA, J. F. (2011), "When cinema forges the event: the case of Torre Bela". *Third Text*, 25 (1), pp. 105-116.
- COSTA LOBO, M., COSTA PINTO, A., MAGALHÃES, P.C. (2016), "Portuguese democratisation 40 years on: its meaning and enduring legacies". *South European Society and Politics*, 21 (2), pp. 163-180.
- CROZIER, M., HUNTINGTON, S. P., WATANUKI, J. (1975), *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, Nova Iorque, New York University Press.
- CRUZEIRO, M. M. (2018), "Revolução, história e memória – O 25 de Abril e os desafios da História Oral", *e-cadernos CES*, 29, pp. 197-212.
- DOMINGOS, N. (2024), "Portugal 2024, imaginado desde o 25 de Abril". *Etnográfica*, 50, pp. 249-259.
- FERNANDES, J. M., MAGALHÃES, P. C., COSTA PINTO, A. (eds.) (2023), *O Essencial da Política Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china.
- FERREIRA, A. S., MADEIRA, J. (eds.) (2020), *As Esquerdas Radicais Ibéricas entre a Ditadura e a Democracia. Percursos Cruzados*, Lisboa, Colibri.
- FISHMAN, R. M. (2019), *Democratic Practice: Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*, Oxford, Oxford University Press.
- FREIRE, A. (2001), *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas*, Oeiras, Celta Editora.
- FREVERT, U. (2019), "Moral economies, present and past: social practices and intellectual controversies". *Geschichte Und Gesellschaft*, 26, pp. 13-43.
- GETACHEW, A. (2019), *Worldmaking after Empire: The Rise and Fall of Self-Determination*, Princeton, Princeton University Press.
- GILLEY, B. (2010), "Democratic enclaves in authoritarian regimes". *Democratization* 17 (3), pp. 389-415.
- GODINHO, P. (2001), *Memórias da Resistência Rural no Sul – Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora.
- GOMES, P. (2019), *Breve História do Partido Socialista*, Lisboa, Público/100Folhas.
- HELLEMA, D. (2018), *The Global 1970s: Radicalism, Reform, and Crisis*, Londres, Routledge.
- HUBER, V. (2017), "Introduction: global histories of social planning". *Journal of Contemporary History*, 52 (1), pp. 3-15.
- KALTER, C. (2022), "Building nations after empire: post-imperial migrations to Portugal in a Western European context". *Contemporary European History*, 33 (1), pp. 137-158.

- LINZ, J.J., STEPAN, A. (1996), *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- LOFF, M. (2015), “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”. In M. Loff, L. Soutelo, F. Piedade (eds.), *Ditaduras e Revolução: Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina, pp. 23-143.
- LOURENÇO, E. (1989), “A galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”. In M. B. Coelho (ed.), *Portugal: Sistema Político e Constitucional 1974-87*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 71-78.
- LOPES, R., TELEPNEVA, N. (eds.) (2024), *Globalizing Independence Struggles of Lusophone Africa: Anticolonial and Postcolonial Politics*, Londres, Zed Books.
- MAGALHÃES, P. C. (2005), “Disaffected democrats: Political attitudes and political action in Portugal”. *West European Politics*, 28 (5), pp. 973-991.
- MARCHI, R. (ed.) (2016), *As Direitas na Democracia Portuguesa: Origens, Percursos, Mudanças e Novos Desafios*, Alfragide, Texto.
- MOHANDESI, S. (2022), “Thinking the global sixties”. *The Global Sixties*, 15 (2), pp. 1-20.
- O'DONNELL, G., SCHMITTER, P.C., WHITEHEAD, L. (eds.) (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Southern Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- OLIVEIRA, L. T. (2010), “A história oral em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, pp. 139-156.
- OLIVEIRA, L. T. (ed.) (2019), *O activismo estudantil no IST: (1945-1980)*, Setúbal, Edições Fenix.
- PAPADOGIANNIS, N., RAMOS PINTO, P. (2023), “Social change, protest and participation in Greece, Portugal and Spain”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 53 (1), pp. 69-98.
- PERALTA, E. (2022), “The memorialization of empire in postcolonial Portugal: identity politics and the commodification of history”. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, 36-37, pp. 156-179.
- RAMOS PINTO, P. (2013), *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*, Manchester, University of Manchester Press.
- RAMOS PINTO, P. (2016), “‘Onde estavas tu no 25 de Abril, pá?’: Revolucionários, movimentos sociais e cidadania quotidiana”. In J. Neves (ed.), *Quem Faz a História? Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 49-60.
- RAMOS PINTO, P. (2025a), “Last hopes: the Portuguese Revolution and the crisis of the revolutionary left”. In L. Trindade, et al. (eds.), *Global Histories of the Portuguese Revolution*, Londres, Bloomsbury, 77-96.
- RAMOS PINTO, P. (2025b), *A Cidade e a Revolução: Lutas Urbanas em Lisboa 1974-75*, Lisboa, Tinta-da-china.
- ROSS, K. (2002), *May '68 and its Afterlives*, Chicago, University of Chicago Press.
- SEEFRIED, E. (2015), “Reconfiguring the future? Politics and time from the 1960s to the 1980s – Introduction”. *Journal of Modern European History*, 13 (3), pp. 306-116.
- SEN, A. K. (2009), *The Idea of Justice*, Harvard, Harvard University Press.
- SEWELL JR., W.H. (2005), “The concept(s) of culture”. In W.H. Sewell Jr. (ed.), *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 152-174.
- SILVA, P.G. (2024), “A revolução no campo: revisitação de um conflito socioambiental no pós-25 de Abril numa aldeia da Beira Baixa”. *Etnográfica*, 50, pp. 211-226.
- TAITHE, B., RAMOS PINTO, P. (2015), “Doing history in public? Historians in the age of impact”. In B. Taithe, P. Ramos Pinto (eds.), *The Impact of History? Histories at the Beginning of the 21st Century*, Abingdon, Routledge, pp. 1-20.

- THERBORN, G., et al. (2011), "Forum: The 1970s and 1980s as a turning point in European History?". *Journal of Modern European History*, 9, pp. 8-26.
- THOMPSON, E. P. (1971), "The moral economy of the English crowd in the eighteenth century". *Past & Present*, 50, pp. 76-136.
- TILLY, C. (2007), *Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TORRES, A. P.T. (2017), *As Gotas de Ar Frio que Inundaram a Grande Lisboa: Memórias das Cheias de Novembro de 1967, o Concelho de Oeiras*, s.l., Europress.
- TRINDADE, L., et al. (eds.) (2025), *Global Histories of the Portuguese Revolution*, Londres, Bloomsbury.
- VILLAVERDE CABRAL, M., VALA, J., FREIRE, J. (eds.) (2000), *Trabalho e Cidadania – Atitudes Sociais dos Portugueses 1*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WEBSTER, R. (2023), "Women and the fight for urban change in late francoist Spain". *Past & Present*, 260 (1), pp. 158-199.
- WRIGHT MILLS, C. (1959), *The Sociological Imagination*, Oxford, Oxford University Press.

Recebido a 20-05-2025. Aprovado para publicação a 17-07-2025.

PINTO, P.R. (2025), "A Revolução dos Cravos e as práticas democráticas". *Análise Social*, 257, LX (4.º), 44065.
<https://doi.org/10.31447/44065>.

Pedro Ramos Pinto » pr211@cam.ac.uk » Cambridge University » The Old Schools, Trinity Lane — CB2 1TN, Cambridge, United Kingdom » <https://orcid.org/0000-0002-4876-2843>.
